

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
1600/2022

Senhora Presidente,

Requeiro à Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. Leonardo Colombini, Secretário Municipal de Fazenda, e ao Sr. André Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, pedido de informação sobre a devolução dos créditos de vales-transportes adquiridos de forma antecipada.

Em resposta ao Requerimento de Comissão 231/2021, por meio do Ofício SMFA/DALE-SUGOV nº 028/2022, de 23 de março de 2022, nos foi informado que:

Resumo:

Valores pagos por meio do contrato de vale-transporte: R\$104.000.000,00

Valores restituídos de vale-transporte por meio do contrato: R\$12 689 093,31

Valores pagos por meio do contrato de serviço: R\$944.350,01

Valores restituídos de serviço por meio do contrato: R\$146.521,89

Valores em função da ação judicial: R\$117.142.857,14

Valores restituídos em função da ação judicial: R\$0,00

Diante dos valores apresentados, pergunta-se:

1 – Os créditos antecipados adquiridos através do contrato nº 01.2017.0803.0026.05.00 continuam sendo compensados? Qual o montante já foi compensado do dia 23/03/2022 até o presente momento?

2 – Já houve compensação do saldo de antecipação decorrente do acordo judicial firmado na ação nº 5172824-67.2020.8.13.0024? Se sim, qual o valor?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA
PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2022.09.05 17:01:41 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO

À Senhora

Vereadora Iza Lourença

Presidente da Comissão de Administração Pública



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 06/09/2022 10:23:44 UTC
Versão do software 2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Si1 3272-22 - Fernanda - 17h03.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 3ab005c9dacfce6859d8c792576278ba015c48ad9
9e919efc3f815b45f44fab1
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1
Quantidade de assinaturas ancoradas 1

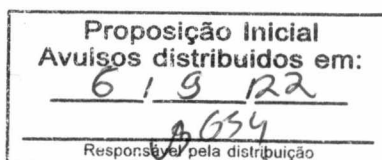
▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**,
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão
(ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto

► Informações do assinante

► Caminho de certificação



AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO
1605/2022

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito, Sr. Fuad Noman, pedido de informação sobre as concessões de uso de bem móvel estabelecidas pelos Decretos nº 18.088 e 18.089, de 06 de setembro de 2022.

Requeiro o envio da documentação completa da concorrência 001/2022 que concedeu o uso dos bens móveis: Campo do Racing Esporte Clube, com área aproximada de 14.200m² (quatorze mil e duzentos metros quadrados), compreendido no lote CTM 150593500840, quadra CTM 1505935, do quarteirão 053 do Bairro Santa Rosa e Campo do Esporte Clube Morada do Sol, com área aproximada de 9.155m² (nove mil cento e cinquenta e cinco metros quadrados), constituído pelo lote 01 do quarteirão 067 do Bairro Lagoa, à empresa BX Fitness e Esportes Ltda, bem como os respectivos termos de concessão de uso.

Belo Horizonte, 08 de setembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:0451989864
1
Assinado de forma digital
por FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.09.08
13:19:05 -03'00'

Vereadora Fernanda Pereira Altoé

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 08.09.2022
HORA. 13:24:02

À Senhora

Vereadora Iza Lourença

Presidente da Comissão de Administração Pública

Assinatura Digital > Validar Assinatura

O arquivo **PI_concessao_de_uso_BX.pdf** possui 1 assinatura(s) ICP Brasil:

FERNANDA PEREIRA ALTOE:04519898641 - válida

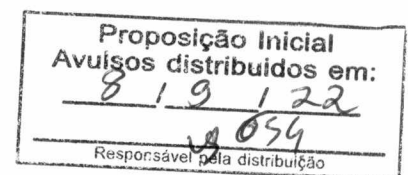
Data da assinatura: Thu Sep 08 13:19:05 BRT 2022

Message digest: SHA-256 1D83845F0A3D199BC3803D30213B90FC7D8C20444A2D2C5E33356121EE57782C

Informações do assinante:

- Assinante: FERNANDA PEREIRA ALTOE:04519898641
- Dados ICP-Brasil
- Tipo de certificado: A3

FAZER UMA NOVA VALIDAÇÃO





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO **1615/2022**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Gabinete do Prefeito Fuad Noman, requerimento de informações sobre a atuação da prefeitura na fiscalização e autuação de afixação de banners, faixas e cartazes publicitários em logradouros públicos.

A lei nº 8.616/2003, que contém o Código de Posturas de Belo Horizonte, veda a fixação de faixas e cartazes publicitários em postes, gradis, árvores, lixeiras, abrigos para passageiros de ônibus, muros, viadutos e tapumes de obras. Não obstante, observa-se que a cidade está infestada por diversos anúncios alocados de forma irregular, e, quando são retirados, o responsável pelo anúncio afixa novamente seu engenho de publicidade.

Nesse sentido, indago:

- Quantos materiais publicitários instalados irregularmente no logradouro público foram apreendidos esse ano? Quantas multas foram aplicadas? Preencher a seguinte tabela.

	Número de materiais publicitários apreendidos	Quantidade de multas aplicadas	Quantos dos materiais publicitários se tratou de faixa ou cartaz de propaganda
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			
Maiο			
Junho			
Julho			
Agosto			

- Quando o fiscal apreende uma faixa, qual procedimento é adotado para identificar o infrator? Quando há número de telefone na placa, a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

prefeitura liga para o infrator?

- A retirada de faixas é feita pelo fiscal da prefeitura ou pela Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte - SLU? Há algum impedimento para a atuação da SLU nessa retirada? Caso positivo qual?

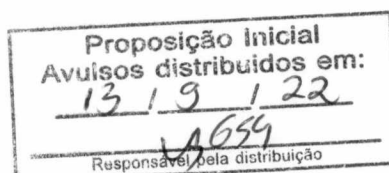
Confiante de sua atenção e preocupação em prestar o melhor serviço possível, conto com o seu engajamento para atendimento da presente demanda, respondendo ao presente requerimento, com a necessidade que a questão requer.

Desde já, agradeço a atenção dispensada.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2022

Vereador **BRAULIO LARA**
Partido NOVO

À Senhora
Vereadora Iza Lourença
Presidente da Comissão de Administração Pública



Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **1616/2022**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Sr. Leandro César Pereira, e ao Superintendente da Sudecap, Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, pedido de informação sobre o Processo administrativo nº 01-004.865/22-50, de contratação, por dispensa, da empresa VILASA CONSTRUTORA LTDA., CNPJ 17.551.250/0001-12. Requeiro:

1 – A integralidade do processo administrativo supracitado, contendo não só, mas inclusive, o contrato de dispensa dele decorrente;

2 – O quadro classificatório e o preço registrado na licitação anterior que justificaram a contratação por dispensa nos termos do art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, conforme publicação no DOM¹; e

3 – O termo de rescisão com o licitante anterior, contendo a justificativa e eventuais medidas administrativas e indenizatórias dela decorrentes.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA
PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2022.09.12 14:43:54 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

NOVO

À Senhora

Vereadora Iza Lourença

Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 12/09/2022
HORA: 14:45:45

¹ <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/9319>

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 12/09/2022 17:49:58 UTC
Versão do software 2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	PI_dispenza_Vilasa.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	c80ab0f1cca49289c8cd08a20b33882e842a6c5707fd3213e178747c2ad24d81
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1
Quantidade de assinaturas ancoradas	1

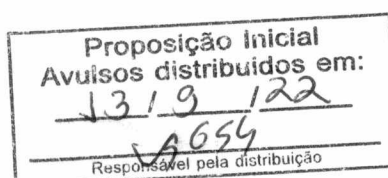
▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **1618/2022**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social, Sr. Luiz Henrique Michalick pedido de informação acerca de pesquisa sobre a pandemia de COVID-19 realizada no âmbito do contrato de publicidade celebrado entre a Prefeitura e a agência Perfil 252.

Em depoimento ao Conselho de Ética para esclarecimentos no Procedimento nº 01/2021, que apurava denúncia de constrangimento “de fornecedores do município” para “financiar ações políticas”, atribuída pelo ex-chefe de gabinete da Prefeitura, Alberto Lage, ao então Secretário Municipal de Governo, Adalclever Lopes, foi noticiada pelo Sr. Adalclever a existência de pesquisa “*para apurar o atendimento nos hospitais de Belo Horizonte, em razão da pandemia, de pessoas de outras cidades e medir o nível da pandemia do covid-19 em outras cidades e seus reflexos em Belo Horizonte, bem como sobre os reflexos no comércio da Capital.*”

No mesmo Procedimento, perguntada se “*Houve alguma solicitação de pesquisa de outra natureza, como pandemia, por qualquer outra secretaria*” a depoente Adriana Branco, então Secretária de Assuntos Institucionais e Comunicação respondeu que “*Sim. Uma única. Nós só podemos fazer pesquisas em Belo Horizonte para orientar a área de comunicação.*”

Isso posto, requeiro o envio da mencionada pesquisa, bem como do seu processo administrativo de contratação, inclusive com todas as autorizações de publicação dela decorrentes.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Assinado de forma digital por FERNANDA PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2022.09.13 13:49:33 -03'00'

À Senhora

Vereadora Iza Lourença

Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 13.09.22
HORA: 13:52:19



INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com [MP 2.200-2/2001](#)

Data de verificação 13/09/2022 16:53:31 UTC
Versão do software 2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	PI_Pesquisa Covid.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	b185314246a02005e0a4d3c6e2002340cdbff4ee158516a3838847d4c7e8da4d
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1
Quantidade de assinaturas ancoradas	1

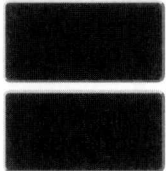
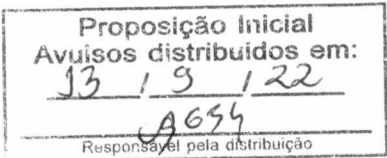
▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto

► Informações do assinante

► Caminho de certificação



Modo escuro ☐

Requerimento de Comissão

R
1619/2022

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com o Art. 48, II do Regimento Interno, que após ouvido este plenário seja encaminhado, por meio da Mesa, fundamentado no artigo 52, II, alíneas i) e j) do regimento interno dessa casa, destina à Secretaria Municipal de Políticas Urbanas pedido de informações sobre a existência por parte da Secretaria de Políticas Urbanas de Belo Horizonte, algum projeto de abertura de ruas e obras de infraestrutura em uma porção de mais de 100 (cem) lotes, que estão localizados entre o Posto Chuá e o Shopping Ponteio Lar Shopping, do lado direito na avenida Nossa Senhora do Carmo, entre a rua Hidra e rua Laplace - Bairro Santa Lúcia.

Este loteamento teve a aprovação da Planta - CP - 042 - 16 - N, aprovada em 22/12/1928, no entanto, as quadras 226, 227, 233, 250 e 252, não estão urbanizadas. Em anexo a Planta do loteamento Centauro em PDF e Mapa Centauro reduzido.

Diante do exposto, e de acordo com as demandas apresentadas em nosso gabinete, solicitamos informações sobre a existência por parte da Secretaria de Políticas Urbanas de Belo Horizonte, algum projeto de abertura de ruas e obras de infraestrutura em uma porção de mais de 100 (cem) lotes, situados nas quadras 226, 227, 233, 250 e 252 que estão localizados entre a rua Hidra e rua Laplace, tendo com referência de localização estar entre o Posto Chuá e o Shopping Ponteio Lar Shopping, do lado direito na avenida Nossa Senhora do Carmo, entre a rua Hidra e rua Laplace - Bairro Santa Lúcia.

Belo Horizonte, 13 de Setembro de 2022

IZABELLA LOURENCA AMORIM
ROMUALDO:11468145690

Vereadora Iza Lourença

IZABELLA LOURENCA
AMORIM
ROMUALDO:114681456
90

Assinado de forma digital por
IZABELLA LOURENCA AMORIM
ROMUALDO:11468145690
Dados: 2022.09.13 15:02:03
-03'00'

A Exma. Senhora

Vereadora Iza Lourença

Presidenta da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 13/09/2022
HORA: 15:03:23



CP 042 - 016 - NB

CP- 42-16-N - BIS
BAIRRO SANTA LÚCIA

PLANTA DE MODIFICAÇÃO DE PARTE DOS TERREÇOS
QUE PERTENCEM A SOCIEDADE C.E. CONSTRUTORA
DE MINAS GERAIS, SITUADOS NA EX- COLÔNIA
AFONSO PENA.

LOTES COLONIAIS : 38(parte), 69, 70, 72, 74, 46, 48, 50, 54, 56, 66, 61, 63, 65, 71, 73.

MODIFICAÇÃO DA PLANTA APROVADA EM 22-12-1928 - CP 42-16-N

ESC: 1/1000

NOTA: COM A APROVAÇÃO DA PLANTA CP - 042 - 126 - H, EM 21 DE SETEMBRO DE 1973,
O QUARTERÃO 283 FOI SUBDIVIDIDO, PASSANDO ESTA PORÇÃO A DENOMINAR-SE
QUARTERÃO 283B.

GNIN, 14 DE MAIO DE 2010.

NESTA DATA, CONFORME PROCESSO Nº 01-128913-00 DO VERIFICADOR DE ÁREA DE VAGAS
PÚBLICAS CONSIDERADO NA PRESENTE APROVAÇÃO FOI DE 95.987,51 m².

GNIN, 01 DE SETEMBRO DE 2011.

SEM EFEITO

NESTA DATA, CONFORME PROCESSO Nº 01-033884-13-08 VERIFICOU-SE QUE O VALOR DA ÁREA DE VAGAS
PÚBLICAS CONSIDERADO NA PRESENTE APROVAÇÃO FOI DE 95.987,51 m².

GNIN, 02 DE MARÇO DE 2012.

NESTA DATA, CONFORME PROCESSO Nº 01-128913-00 DO VERIFICADOR DE ÁREA DE VAGAS
PÚBLICAS CONSIDERADO NA PRESENTE APROVAÇÃO FOI DE 95.987,51 m².

GNIN, 01 DE SETEMBRO DE 2011.

SEM EFEITO

NESTA DATA, CONFORME PROCESSO Nº 01-033884-13-08 VERIFICOU-SE QUE O VALOR DA ÁREA DE VAGAS
PÚBLICAS CONSIDERADO NA PRESENTE APROVAÇÃO FOI DE 95.987,51 m².

GNIN, 02 DE MARÇO DE 2012.

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com [MP 2.200-2/2001](#)

Data de verificação 13/09/2022 18:04:32 UTC
Versão do software 2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Requerimento de Informações - Bairro Santa Lúcia.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	f5a33d15d932671ffb2666316d86038bab5f81df2978acb2a00f6017c9bf9ae0
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1
Quantidade de assinaturas ancoradas	1

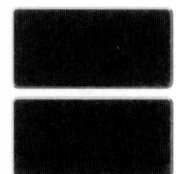
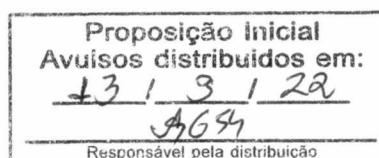
▼ Assinatura por CN=IZABELLA LOURENCA AMORIM ROMUALDO:***681456**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 332/2022

Comissão de Administração Pública

Proponho que o Projeto de Lei nº 332/2022, de autoria dos vereadores Gabriel, Marcos Crispim, Wanderley Porto, Jorge Santos e Reinaldo Gomes, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, pedido de informação por escrito, do Regimento Interno, com o objetivo de obter elementos sobre os seguintes aspectos do projeto, ao que se refere a mobilidade urbana e política urbana de transporte no município de Belo Horizonte:

1. Ao Conselho Municipal de Mobilidade Urbana;
2. Movimento Tarifa Zero;
3. Nossa BH;
4. BH em Ciclo;

Belo Horizonte, 13 de Setembro de 2022.

Vereadora Iza Lourença

IZABELLA LOURENCA AMORIM ROMUALDO:11468145690 Assinado de forma digital por IZABELLA LOURENCA AMORIM ROMUALDO:11468145690
Data: 2022.09.13 14:39:29 -03'00'

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação	13/09/2022 17:41:43 UTC
Versão do software	2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Pedido de Diligência PL 332- 2022.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	0bf5cddb0416a57f874a2d5973dc791ab367345d1a40f2617f0df08d205a4c24
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1
Quantidade de assinaturas ancoradas	1

▼ Assinatura por CN=IZABELLA LOURENCA AMORIM ROMUALDO:*681456**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 350/2022

Comissão de Administração Pública

Proponho que o Projeto de Lei nº 332/2022, de autoria dos vereadores. Nikolas Ferreira; Professora Marli; Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Marcela Trópia, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, pedido de informação por escrito, do Regimento Interno, com o objetivo de obter elementos sobre os seguintes aspectos do projeto, ao que se refere a política pública de educação no município de Belo Horizonte:

1. Secretaria Municipal de Educação;
2. Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal - SIND-REDE/BH;

Belo Horizonte, 13 de Setembro de 2022.

IZABELLA LOURENCA
AMORIM
ROMUALDO:11468145690

Assinado de forma digital por
IZABELLA LOURENCA AMORIM
ROMUALDO:11468145690
Dados: 2022.09.13 14:52:50 -03'00'

Vereadora Iza Lourença

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 13/09/2022
HORA. 14:55:23

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 13/09/2022 17:59:15 UTC
Versão do software 2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Pedido de Diligência PL 350- 2022.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	b2c4d8745cf0cecc0a33455239308f3df682637c3f362387cc223ffaa6468c31
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1
Quantidade de assinaturas ancoradas	1

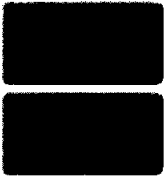
▼ Assinatura por CN=IZABELLA LOURENCA AMORIM ROMUALDO:***681456**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação



Modo escuro ☐



Comissão de Administração Pública
Proposta de Diligência em primeiro turno ao Projeto de Lei nº 401/2022

Proponho que o Projeto de Lei nº 401/2022, de autoria dos Vereadores Gabriel, Álvaro Damião, Ciro Pereira, Cleiton Xavier e outros, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG), à Controladoria-Geral do Município (CGM) e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), a fim de obter esclarecimentos sobre os aspectos do projeto que passo a expor.

Em resumo, o Projeto de Lei nº 401/2022 objetiva conceder incentivo financeiro à pessoa física e jurídica, nacional ou estrangeira, que desenvolva projeto de negócio de base tecnológica no Município. Para tanto, considera-se projeto de negócio de base tecnológica aquele voltado para a constituição de empresa de base tecnológica – EBT, conforme §1º do art. 1º do projeto.

Ademais, o incentivo financeiro será concedido por meio de atividades e projetos definidos na lei orçamentária e no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - que atendam aos objetivos legais. A concessão do incentivo financeiro será precedida de edital de seleção de projetos e será formalizada em instrumento jurídico adequado.

Dito isso, é pertinente, para subsidiar a elaboração do parecer, solicitar as seguintes informações à SMDE, responsável por planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Município, relativas ao estímulo e incentivo à instalação e manutenção de empreendimentos na cidade, bem como ao desenvolvimento e ao fomento da pesquisa, da inovação e do empreendedorismo:

1 – Quais são as medidas que o Município tem adotado nos últimos quatro anos para incentivar novos empreendimentos voltados a área de tecnologia?

2 – As definições sobre o conceito “base tecnológica” trazidas pelo projeto são claras e suficientes para a operacionalização da política pública a ser criada? As definições da Lei Estadual 17.349/2008 são suficientes para esta operacionalização no município ou é necessária complementação?

3 – As medidas apresentadas pela proposição em comento são suficientes para fomentar as atividades de base tecnológica? Caso não, quais adequações podem ser feitos no projeto para alcançar esse fim?

Para a SMPOG, solicitam-se as seguintes informações:

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 13/07/2022
HORA: 15:48:46



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

4 – Quais seriam os possíveis impactos financeiros e orçamentários que a aprovação do Projeto de Lei nº 401/2022 acarretaria para o Município de Belo Horizonte?

Para a CGM, solicita-se manifestação sobre:

5 – Há restrições relacionadas com a legislação sobre responsabilidade e demais normas financeiras, para que o poder público municipal destine recursos públicos para fomento de atividade econômica de base tecnológica nos termos propostos pelo projeto de lei em questão?

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2022.

**FERNANDO
LUIZ COSTA
MARCIANO:4
5895899749**

Assinado de forma
digital por FERNANDO
LUIZ COSTA
MARCIANO:45895899

749
Dados: 2022.09.13
15:45:14 -03'00'

Vereador Fernando Luiz

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com [MP 2.200-2/2001](#)

Data de verificação	13/09/2022 18:52:11 UTC
Versão do software	2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	proposta de diligencia. pl 401-2022.assinada.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	6034afc6b8ef30f66fd441c1b0067c8afe3d2b54ea55237fba6789734f2b711e
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1
Quantidade de assinaturas ancoradas	1

▼ Assinatura por CN=FERNANDO LUIZ COSTA MARCIANO:***958997**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC INFOCO DIGITAL v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

Modo escuro ☐



AP

OF. SMGO/DALE Nº 636 /2022

Belo Horizonte, 25/08 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.302/22** – Autoria da Vereadora Iza Lourença – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 3.789/22, de 13/07/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.302/22, de autoria da Vereadora Iza Lourença, que solicita informações sobre a aquisição de materiais de consumo para as Escolas Municipais.

Consultada, a Secretaria Municipal de Educação emitiu resposta por meio do ofício SMED/EXTER/0849-2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

SMED/EXTER/0849-2022.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2022.

Assunto: Dirleg nº 3.789/2022.
Demanda 352259.
Requerimento de Comissão nº 1.302/2022.

Senhora Diretora,

Com os nossos cordiais cumprimentos, considerando o expediente supramencionado, tendo em vista o pedido de informações de autoria da Vereadora Iza Lourenço, esta Secretaria apresenta as considerações a seguir, a fim de subsidiar resposta ao Legislativo quanto aos questionamentos que se seguem:

“1. compras de materiais de uso cotidiano (cola, caneta, papel), quantidade de material enviado por unidade escolar em todo município, valor de cada item, valor por compra de cada um desses itens, dados das empresas conveniadas;”

“2. números de *kit* de robótica enviados para as unidades escolares de Belo Horizonte; valor de cada *kit* e valor total dos gastos com esse equipamento;”

“3. quantidade de computadores (*Chromebook*) alugados pela PBH; quantidade de computadores enviados para cada unidade escolar; valor do contrato com a empresa prestadora de serviço (aluguel dos equipamentos); valores adicionais a serem gastos com a empresa (manutenção, etc.);”

- As informações solicitadas estão disponíveis no *link*:

<https://drive.google.com/drive/u/2/folders/1oGOOFzjSJCslHqghNPjY65Nfdpj-uKSV>

À Senhora
Luana Magalhães de Araújo Cunha
Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE
Secretaria Municipal de Governo - SMGO
NESTA

SMED/EXTER/0849-2022 – Continuação 2.

“4. Em relação às obras executadas nas escolas existem dúvidas a não exigência da realização de licitações, a tabela de preços apresentadas pela SUDECAP. Nesse sentido, requeremos a informação do ato administrativo justificado que gerou obras como o pastilhamento de parede/meia parede de escolas e muros escolares, rebaixamento de teto, e similares, embora ‘decorativas’.”

- A Secretaria Municipal de Educação (SMED) tem parcerias firmadas com as Caixas Escolares das Escolas Municipais (EMEIs e EMEFs) e Creches Parceiras, que são Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Essas parcerias são firmadas nos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e regulamentada pelo Município de Belo Horizonte por meio do Decreto Municipal nº. 16.746/2017.

Essas OSCs executam atividades vinculadas à Política Municipal de Educação e, sob a perspectiva do regime jurídico das parcerias, não se encontra óbice na legislação para repasse de recurso público destinado à realização de obras e serviços de engenharia pela própria instituição parceira, desde que relacionados e necessários ao atingimento do objeto pactuado entre os parceiros. Esse entendimento já se encontra consolidado entre o Ministério Público, a Procuradoria-Geral do Município e a Controladoria.

No que concerne à solicitação do ato administrativo justificado, esclarecemos que a SMED aproveitou o período da pandemia para revitalizar as escolas da Rede, as quais se encontram há bastante tempo sem reparos. Com a economia realizada pela atual Gestão durante o período da pandemia, foi possível utilizar esse recurso para investir em infraestrutura. Dessa forma, o recurso foi dividido entre todas as instituições escolares por meio de um Plano de Obras inserido no Plano de Trabalho da instituição parceira.

O Plano de Obra de cada escola foi escolhido pela própria comunidade escolar, pensando no retorno às aulas pós-COVID e na criação de espaços acolhedores que pudessem dar prazer às crianças, estimulando-lhes o interesse no retorno à escola, após um longo período de distanciamento.

Quanto ao pastilhamento das paredes/meia parede e muros, esclarecemos que foi pensado no intuito de facilitar a higienização dos espaços, uma forma de evitar a contaminação entre as pessoas que transitam pelo local.

“5. Por fim, solicita a cópia dos contratos com ong's, oscip's e osc's que foram contratados na modalidade que dispensa ou inexigibilidade de licitação. - número total de contratos firmados entre a PBH e ong's, osc's e oscip's desde o primeiro mandato do prefeito Alexandre Kalil;”

- Os contratos digitalizados estão disponibilizados no *link*:
<https://drive.google.com/drive/folders/1Zh8uRBk722ps0bQdMpCzaOQeCqsEEG90>;

Informamos que a Relação das Parcerias segue anexa.

SMED/EXTER/0849-2022 – Continuação 3.

“6. Os valores dos contratos por entidades e o valor total dos gastos com contratos dessa natureza;”

- Os valores dos contratos por entidade estão discriminados nos contratos digitalizados, disponibilizados no *link* informado na resposta anterior.

“7. O detalhamento dos profissionais contratados para os cargos específicos das ong's, oscip's e osc's.”

- O detalhamento dos profissionais contratados está discriminado nas prestações de contas disponibilizadas no *link*:


<https://prefeitura.pbh.gov.br/portaldasparcerias/parcerias>

Na consulta, informar a Secretaria Municipal de Educação para acessar as parcerias firmadas. Para cada instituição, estão disponíveis o **Valor Total da Parceria**, a **Remuneração Prevista para o Exercício** e o **Histórico de Remuneração de Exercícios Anteriores**.

Nas prestações de contas - apresentadas no Portal da Transparência - estão disponíveis dados atualizados: **discriminação das funções, quantidade das equipes de trabalho contratadas e os valores das remunerações**.

Sendo essas as nossas considerações, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários ao melhor encaminhamento da matéria.

Atenciosamente,



Marcos Evangelista Alves
Secretário Municipal Adjunto de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GPAED - GERÊNCIA DAS PARCERIAS DA EDUCAÇÃO

CRECHES PARCEIRAS – À PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2017

ORDEM	CÓDIGO	MANTENEDORA	CNPJ	VIGÊNCIA	IJ
1	ARB 32	CENTRO COMUNITÁRIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUTO TIA LÚCIA	13410520000114	01/06/17 a 31/08/22	01201722000063
2	ARB-33	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – A.B.S.F.A.	13.317.435/0001-06	a 31/10/22	01201722000066
3	ARB-34	CRECHE LAR CRISTÃO DA CRIANÇA	19138718000258	01/05/19 a 30/11/24	01201922000052
4	ARB 35	CRECHE CASINHA DA VOVÓ filial	19.714.641/0003-06	01/08/2021 A 31/07/2026	
5	ARB 36	INSTITUTO EDUCACIONAL ESCUDO DA VERDADE	21.336.892/0001-76	01/03/2022 a 29/02/2024	01-2022.2200-0017
6	ARB 37	CONSELHO DA COMUNIDADE ASSIS CHATEAUBRIAND	40.183.780/0001-77	01/06/2022 a 31/05/2024	01-2022.2200-0034

REGIONAL	TOTAL
BARREIRO	6
CENTRO SUL	2
LESTE	7
NORDESTE	6
NOROESTE	6
NORTE	8
OESTE	5
PAMPULHA	2
VENDA NOVA	9
TOTAL	51

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GPAED - GERÊNCIA DAS PARCERIAS DA EDUCAÇÃO

CRECHES PARCEIRAS – À PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2017

ORDEM	CODIGO	MANTENEDORA	CNPJ	VIGÊNCIA	IJ
1	ARCS-27	ASSOCIAÇÃO PROPAGADORA ESDEVA	21562368001519	01/06/21 a 31/01/25	01201122000085
2	ARCS-33	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO PEQUENO JORNALEIRO	18.215.566.0001-04	01/06/17 a 30/09/22	01201722000059

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GPAED - GERÊNCIA DAS PARCERIAS DA EDUCAÇÃO

CRECHES PARCEIRAS – À PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2017

ORDEM	CÓDIGO	MANTENEDORA	CNPJ	VIGÊNCIA	IJ
1	ARL-35	OBRA SOCIAL DA PARÓQUIA SÃO GABRIEL	56897000337	01/12/18 a 30/06/24	01201922000005
2	ARL-36	INSTITUTO BENEFICENTE FILADÉLFIA	8691678000170	01/04/19 a 31/07/24	01201922000127
3	ARL-37	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CANTINHO DA PAZ	10381014000156	01/10/19 a 31/12/24	01201922000197
4	ARL-38	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO PEDAGÓGICO ILUMINAR	35.620.255/0001-31	01/02/2021 a 31/01/2023	
5	ARL-39	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DO MUNDO DA CRIANÇA	39.626.683/0001-22	01/02/2022 A 31/01/2024	01-2022.2200-0003
6	ARL-40	INSTITUTO ESPÍRITA EURÍPEDES	00.974.946/0002-30	01/03/2022 A 29/02/2024	01-2022.2200-0008
7	ARL-41	OBRA SOCIAL DA PARÓQUIA SÃO GABRIEL	00.056.897/0001-75	01/03/2022 A 29/02/2024	01-2022.2200-0010

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GPAED - GERÊNCIA DAS PARCERIAS DA EDUCAÇÃO

CRECHES PARCEIRAS – À PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2017

ORDEM	CÓDIGP	MANTENEDORA	CNPJ	VIGÊNCIA	IJ
1	ARNE-06	INSTITUTO CULTURAL OLEGÁRIO BALBINO - ICOB	40.393.893/0001-05	01/06/2021 a 31/05/2023	01-2021.2200-0017
2	ARNE-34	ASSOCIAÇÃO ESCOLA INFANTIL E CASA DE BRINCAR ABELINHA DOURADA	39.971.615/0001-09	01/03/2022 A 29/02/2024	01-2022.2200-0009
3	ARNE-35	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CONSTANTE VIVER- ABCVIVER	34.884.648-0001-90	01/02/2022 A 31/01/2024	01.02022.2200-0002
4	ARNE-36	ASSOCIAÇÃO DA ESCOLINHA INFANTIL PEDACINHO DO CÉU	07.154.741/0001-76	01/05/2022 A 30/04/2024	01-2022.2200.0023
5	ARNE-37	CRECHE INSTITUTO CRESCER ESTRELA DA MANHÃ	39.780.851/0001-30	01/04/2022 A 31/03/2024	01-2022.2200.0022
6	ARNE-38	CENTRO SOCIAL DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO CONJUNTO PAULO VI	02.486.051/0001-09	01/05/2022 A 30/04/2024	01-2022.2200.0027

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GPAED - GERÊNCIA DAS PARDERIAS DA EDUCAÇÃO

CRECHES PARCEIRAS – À PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2017

ORDEM	CÓDIGO	MANTENEDORA	CNPJ	VIGÊNCIA	IJ
1	ARNO 41	AÇÃO SOCIAL PADRE EUSTÁQUIO	17.193.756/0004-40	01/06/21 a 31/05/23	01-2021.2200-0020
2	ARNO 42	CRECHE DOM BOSCO – filial	26230409000279	01/07/2021 31/05/2023	a 01-2021.2200-0021
3	ARNO 43	CRECHE INSTITUTO FRE	40.545.627/0001-42	01/03/2022 a 29/02/2024	01-2022.2200-0005
4	ARNO 44	CRECHE DONA QUITA TOLENTINO	21.613.609/0002-97	01/03/2022 a 29/02/2024	01-2022.2200-0006
5	ARNO-29	OBRA SOCIAL ANUNCIATA			
6	ARNO-37	CRECHE SÃO JOSÉ OPERÁRIO			

CRECHES PARCEIRAS – À PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2017

ORDEM	CÓDIGO	MANTENEDORA	CNPJ	VIGÊNCIA	IJ
1	ARN-31	INSTITUTO PEDAGÓGICO SONHO DA VOVÓ	30039414000195	01/10/18 a 31/12/23	01201822000033
2	ARN-32	ASSOCIAÇÃO DA ESCOLINHA INFANTIL PEDACINHO DO CÊU	7154741000257	01/11/19 a 31/01/25	01201922000200
3	ARN-33	CRECHE SONHO DA VALÉRIA	34142651000138	01/02/20 a 31/05/25	01202022000012
4	ARN-34	CRECHE CANTINHO ENCANTADOR	33664876000191	01/02/20 a 31/03/25	012020220000001
5	ARN 35	INSTITUTO EDUCACIONAL FÉLIX	9604751000191	01/10/2020 a 30/09/2022	012020220000032
6	ARN 36	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL UNIDOS NO PROPÓSITO EDUCACIONAL - UNIPED	37.133.013/0002-20	01/11/2021 A 31/10/2023	01-2021.2200-0032
7	ARN 37	INSTITUTO EDUCACIONAL INFANTIL GERAÇÃO SAMUEL	39.844.268/0001-45	01/03/2022 A 29/02/2024	01-2022.2200-0004
8	ARN 38	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO FELICIDADE – ABAFE	22.643.837/0001-91	01/06/2022 A 31/05/2024	01-2022.2200-0029

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GPAED - GERÊNCIA DAS PARCERIAS DA EDUCAÇÃO

CRECHES PARCEIRAS – À PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2017

ORDEN	CÓDIGO	MANTENEDORA	CNPJ	VIGÊNCIA	IJ
1	ARO-34	INSTITUTO EDUCACIONAL ESCUDO DA VERDADE	21336892000176	01/06/17 a 30/09/22	01201722000053
2	ARO-36	ASSOCIAÇÃO BATISTA CAMINHO DA PAZ - ÁGUIOS	22704856000180	01/02/19 a 29/02/24	01201922000014
3	ARO-37	CENTRO INFANTIL SARGENTO MARIZETH CARDOSO DA MATA	2383705000160	01/11/18 a 31/01/24	01201822000044
4	ARO 38	INSTITUTO EDUCACIONAL INFANTIL EMANUEL	21765926000148	01/10/2020 a 30/09/2022	01202022000033
5	ARO-39	AÇÃO SOCIAL CARAVANA DE LUZ	16.715.292/0001-89	01/03/2022 a 29/02/2024	01-2022.2200-0011

CRECHES PARCEIRAS – À PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2017

ORDEM	CÓDIGO	MANTENEDORA	CNPJ	VIGÊNCIA	IJ
1	ARP-27	ASSOCIAÇÃO ARCA DE NOÉ	5846888000282	01/09/18 a 30/11/23	01201822000048
2	ARP - 28	ASSOCIAÇÃO TREM DA ALEGRIA	33663745000190	01/06/20 a 31/01/25	01-2020.2200-0023

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GPAED - GERÊNCIA DAS PARCERIAS DA EDUCAÇÃO

CRECHES PARCEIRAS – À PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2017

ORDEM	CÓDIGO	MANTENEDORA	CNPJ	vigencias revistas	IJ
1	ARVN-15	ONG ÁGAPE PROVISÃO	28098526000175	01/08/19 a 31/10/24	01201922000172
2	ARVN - 16	CENTRO COMUNITÁRIO DE EDUCAÇÃO LAGOINHA	32638867000163	01/09/19 a 30/09/24	01201922000177
3	ARVN - 17	INSTITUTO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TÁSSIA GOMES	33653022000100	01/02/20 a 31/05/25	01202022000004
4	ARVN 18	ASSOCIAÇÃO ARCO ENCANTADO	35.145.848/0001-93	01/06/20 a 31/01/25	01202022000022
5	ARVN 19	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CASA VERDE	35.704.226/0001-58	01/10/2020 a 30/09/2022	012202022000036
6	ARVN 20	CRECHE INFANTIL SOLENE BONIFÁCIO	12.632.167/0001-54	01/05/2021 A 31/01/2023	01202122000003
7	ARVN 21	INSTITUTO BETÂNIA PRIMEIROS PASSOS	35.842.104/0001-28	01/06/21 a 31/05/2023	012202122000019
8	ARVN-22	ASSOCIAÇÃO PROAVI DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.673.884/0001-20	01/11/2021 A 31/10/2023	01-2021.2200-0033
9	ARVN-23	INSTITUTO EDUCACIONAL SHALON	39.887.522/0001-92	01/03/2022 a 29/02/2024	01-2022.2200-0007

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GCPAED- GERÊNCIA DAS PARCERIAS DA EDUCAÇÃO
INSTITUIÇÕES SOCIOEDUCATIVO À PARTIR DE 01/01/2017

ORDEM	CÓDIGO	MANTENEDORA	IJ	VIGÊNCIA
1	ARB-09	INSTITUTO MACUNAÍMA DE CULTURA-ESCOLA DE CIDADANIA	01-2022.2200-0028	01/06/22 A 31/05/2027
2	IARCS-14	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO PEQUENO JORNALEIRO	01-2019.2200.0198	01/08/19 A 31/07/2024
3	IARCS-15	INSTITUTO BH FUTURO	01-2022.2200-0012	01/04/22 A 28/02/27
4	IARL-13	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CAPOEIRA ANGOLA- BH CONNECTION	012022.2200-0031	01/06/2022 a 31/05/2027
5	IARN-13	ABAFE - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO FELICIDADE	01-2019.2200.0176	01/05/2019 a 30/04/2024
6	IARN-14	SOCIEDADDE ARTÍSTICA MIRIN DE BELO HORIZONTE - PROJETO CARIUNAS	01-2020.2200.0013	03/02/2020 a 02/02/2021
7	IARNE-10	INSTITUTO HERDAR	01-2019.2200-0168	01/05/2019 A 30/04/2024
8	IARNE-11	INSTITUTO CULTURAL ESPORTIVO E SOCIAL BACANA DEMAIS ICESBADE	1.202.022.000.020	01/03/2020 A 30/11/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GCPAED- GERÊNCIA DAS PARCERIAS DA EDUCAÇÃO

INSTITUIÇÕES SOCIOEDUCATIVO À PARTIR DE 01/01/2017

1	FEDERAÇÃO DE TAEKWONDO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	29/01/20
2	INSTITUTO CULTIVA – PROGRAMA CONTÍNUO DE ATENÇÃO INDIVIDUALIZADA	01/04/2021 A 30/09/2022
3	ASSOCIAÇÃO DOS SURDO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	15/03/2021 A 14/032022
4	FEDERAÇÃO MINEIRA DE JIU JITSU	28/01/2020 A 28/01/2021
5		

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 08 / 09 / 2022

Alia
Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 665/2022

Belo Horizonte, 08/09/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.408/22** – Autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 4.069/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.408/22, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informações a respeito da ação autos da reclamatória nº 0011138-63.2016.5.03.0108, dirigida à Procuradoria-Geral do Município - PGM.

Consultada, a PGM emitiu resposta por meio do Ofício GAB-PGM/SMGO/DALE nº 2441/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte
Gabinete da Procuradoria-Geral do Município

OFÍCIO GAB-PGM/SMGO/DALE nº 2441/2022

Belo Horizonte, 08 de setembro de 2022.

Ref.: Requerimento de Comissão nº 1408/2022.

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminhamos as informações em resposta aos questionamentos encaminhados através do Requerimento de Comissão da Câmara Municipal de Belo Horizonte, citado em epígrafe, a seguir:

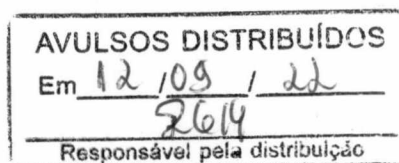
O Município de Belo Horizonte, através do Processo Administrativo nº 01-046.632/22-99, notificou extrajudicialmente a sociedade empresarial Fergikal LTDA., para ressarcimento dos valores desembolsados pela municipalidade no âmbito da Reclamação Trabalhista nº 0011138-63.2016.5.03.0108.

Os valores, devidamente atualizados até 31 de julho de 2022 pela Diretoria de Cálculos e Perícias Judiciais desta PGM e lançados através do número 08.583.22.0000035 no Sistema de Dívida Ativa do Município, foram devidamente quitados pela empresa notificada em 12 de agosto de 2022.

Com meus melhores cumprimentos,

HÉRCULES GUERRA
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Ao Senhor
Josué Costa Valadão
Secretário Municipal de Governo
SMGO/PBH
Nesta Capital.





OF. SMGO/DALE Nº **643**/2022

Belo Horizonte, 25 08 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.441/22** – Autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 4.231/22, de 04/08/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.441/22, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informação sobre o Processo nº 01-043.123/22-69, no qual se realizou a Inexigibilidade de Licitação nº 008/2022 para a contratação de show a ser realizado no evento "Arraial de Belo Horizonte".

Consultada, a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte emitiu resposta por meio do Ofício BELOTUR/PRE 125/22, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo

Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

OF BELOTUR/PRE 125/22

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2022.

Ao GP-PBH**Ref: TAG 352555**

Em resposta ao Requerimento de Comissão 1.441/22, apresentado pela Vereadora Fernanda Pereira Altoé, disponibilizamos a cópia digitalizada do processo 01-043.123/22-69.

O documento poderá ser acessado por meio do link: <https://drive.google.com/file/d/1z1-Ll1B76vJn8XoFOAMnAOvegXweWce/view?usp=sharing>

Solicito a gentileza de proceder com o download do documento no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento.

Destaco nosso Diretor de Administração e Finanças, Sr. Alexis Oliveira, através do e-mail alexisj@pbh.gov.br e/ou Tel (31) 3246-0249 como ponto focal para qualquer dúvida.

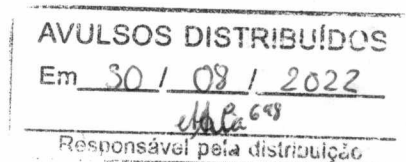
Atenciosamente

Atenciosamente,

Gilberto Castro

Diretor Presidente

Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte - Belotur



Digo 31/08/2022
396



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Resposta ao Requerimento de Comissão nº 1459/2022

A resposta ao Requerimento de Comissão nº 1459/2022 foi publicada com informações ocultadas, a fim de preservar o sigilo dos dados pessoais dos envolvidos nas páginas 05, 08 e 09. O documento integral pode ser consultado na via física do requerimento, disponível nesta diretoria até o fim desta Legislatura. Após esse período, será encaminhado ao arquivo público do Município.

Belo Horizonte, 01/09/2022



Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro
Diretor do Processo Legislativo



Adm

OF. SMGO/DALE Nº 666 /2022

Belo Horizonte, 31 /08 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.459/2022** – Vereadora Fernanda Pereira Altoé – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 4.237/22, de 04/08/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.459/2022, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informações sobre a nomeação do servidor Luiz Gustavo Levate.

Consultado, o Gabinete do Prefeito manifestou-se por meio de ofício GP-DCAT-SMGO-025-MEMO, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



GP-DCAT-SMGO-025-MEMO

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2022

Senhor Secretário,

1. Com o intuito de subsidiar resposta ao Requerimento nº 1459/2022 da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, informo a seguir os dados acerca do vínculo do servidor municipal Luiz Gustavo Levate enquanto membro do Conselho de Administração da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans:
 - Em 08 de janeiro de 2020, o servidor Luiz Gustavo Levate foi indicado para compor o Conselho de Administração da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans, por meio do GP.EXTER-005/OF (anexo);
 - Aos 10 de fevereiro de 2020, o Sr. Luiz Gustavo Levate foi eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas da BHTrans, com a vigência do mandato se iniciando a partir de 01 de março daquele ano;
 - Na Assembleia Geral dos Acionistas da Empresa realizada em 30 de abril de 2021, o Conselheiro Luiz Gustavo Levate foi destituído de suas funções no referido Conselho;
 - A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração da BHtrans era, à época, R\$ 2.081,12 (dois mil, oitenta e um reais e doze centavos);
 - As atas acima referidas não foram publicadas no Diário Oficial do Município, razão pela qual seguem anexadas a este; e
 - Desde sua admissão em 15 de junho de 2005, no cargo de Procurador Municipal, não há registros de participação do Sr. Luiz Gustavo Levate em outros Conselhos remunerados de empresas nas quais este Município seja acionista.

Atenciosamente,

GUSTAVO DE CASTRO
MAGALHAES:86526022634

Assinado de forma digital por GUSTAVO DE
CASTRO MAGALHAES:86526022634
Dados: 2022.08.29 16:01:29 -03'00'

GUSTAVO DE CASTRO MAGALHÃES
Diretor de Protocolo, Informação e Controle de Atos
Gabinete do Prefeito

Ao Senhor
JOSUÉ COSTA VALADÃO
Secretário Municipal de Governo
BELO HORIZONTE-MG



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

GABINETE DO PREFEITO

GP. EXTER-005/OF

Belo Horizonte, 08 de janeiro de 2020

Prezados Senhores,

1. Com meus cumprimentos, venho apresentar a essa Assembleia da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS, para deliberação em conformidade com o Art. 21, inciso III do Estatuto Social da BHTRANS, a indicação dos membros ao Conselho de Administração, iniciando novo mandato, conforme abaixo discriminado:

- Representante eleito dos empregados;
- Representante eleito dos empregados;
- Célio Freitas Bouzada;
- Luiz Gustavo Levate;
- Valéria Maria Monteiro Delgado;
- Caio Barros Cordeiro; e
- Renata Resende Coelho.

Atenciosamente,

ALEXANDRE KALIL
Prefeito

À

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS
BELO HORIZONTE - MG

EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A
BHTRANS

CNPJ 41.657.081/0001-84 – NIRE 31.300.009.289

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, EM 30 DE ABRIL DE 2021

Considerando:

- a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que recomenda o isolamento como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;
- o Decreto Municipal nº 17.297, de 17 de março de 2020, que declara situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Belo Horizonte em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra o coronavírus – COVID-19;
- o Decreto Municipal nº 17.298, de 17 de março de 2020, que interrompeu as atividades do Poder Executivo Municipal a partir de 19 de março de 2020, por tempo indeterminado, recomendando que os órgãos e entidades tomassem as providências necessárias visando a suspensão de eventos públicos e privados, seja em espaço aberto ou em fechado, priorizando ações por meios digitais;
- a Portaria SMPOG nº 010, de 18 de março de 2020, que recomenda que reuniões sejam realizadas preferencialmente de forma remota, podendo as empresas estatais do Município de Belo Horizonte aderir ao disposto nessa Portaria;
- a Lei Federal nº 14.030, de 28 de junho de 2020, que, ao alterar os arts. 121 e 124 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, estabelece que as s, abertas e fechadas, poderão realizar assembleia digital e que os seus acionistas poderão participar e votar à distância em assembleia geral.

A BHTRANS promoveu a Assembleia Geral digital:

Data, hora e local: 30/04/2021, às 16 horas, realizada de forma exclusivamente digital, via plataforma Google Hangouts Meet, conforme inciso II do §1º e §3º do artigo 1º, parágrafo único do artigo 4º e inciso VII do artigo 6º, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020.

Convocação, publicações, presença e quórum: Dispensada a convocação, nos termos do disposto no art. 124, §4º, no art. 133, §4º e no art. 134, §1º da Lei Federal nº 6.404/1976, em decorrência da presença virtual de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Empresa, observado ainda os arts. 2º e 11, da Instrução Normativa DREI nº 79/2020. Presentes virtualmente, ainda, os auditores independentes, os senhores Alexandre Oliveira Chagas e Pedro Dias Araújo e o presidente da BHTRANS, Sr. Diogo Oscar Borges Prosdócimi.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras 2020, bem como os respectivos documentos complementares, foram amplamente divulgados pela imprensa, colocados à disposição dos acionistas em 28/04/2021 no “Diário Oficial do Município”, fl. 15 a 20, Caderno Poder Executivo; no Jornal “Minas Gerais”, fl. 3, Caderno 2, em 30/04/2021 e no jornal “Hoje em Dia”, fl. 16, Caderno Primeiro Plano, em 30/04/2021.

Mesa e instalação: Presidiu os trabalhos a Sra. Renata Resende Coelho, presidente do Conselho de Administração da BHTRANS, que convidou a mim, Marisa Jacomini de Sousa, para secretariá-la.

Instalada a reunião, os acionistas aprovaram por unanimidade a lavratura da presente ata na forma de sumário, ficando facultada aos acionistas a apresentação de declarações de voto, manifestação de protesto ou dissidência, as quais deverão ser numeradas e autenticadas pela Mesa, e arquivadas na sede da Empresa.

Ordem do dia: Deliberar sobre: 1- Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhados dos respectivos documentos complementares; 2- Eleição do membro independente do Conselho de Administração; 3- Eleição dos membros titulares do Conselho Fiscal e unificação de seus mandatos, conforme deliberação da Câmara de Coordenação das Empresas Estatais – CCEE n.º 04/2020; e 4- Fixação da verba anual global para remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal.

Leitura de documentos e recebimento de votos: Foi dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias da pauta destas Assembleias, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas.

Deliberações:

1- Aprovar, por maioria, conforme mapa final de votação anexo, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como os respectivos documentos complementares;

2 – Eleger, em substituição ao membro efetivo Luiz Gustavo Levate, o seguinte membro independente do Conselho de Administração, indicado pelo Município de Belo Horizonte, com mandato de 04 de maio de 2021 até 02 de janeiro de 2023, nos termos da Deliberação CCEE n.º 04/2020 e Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2020: **Pedro Vasconcelos Maia do Amaral, professor universitário, brasileiro, casado, Carteira de Identidade** [REDACTED] CPF n.º [REDACTED] domiciliado em [REDACTED]

Desse modo, fica assim a composição do Conselho de Administração da BHTRANS:

Demetrios Navais Neves
Deryan Junkert
Diogo Oscar Borges Prosdocimi
Pedro Mousinho Gomes Carvalho
Pedro Vasconcelos Maia do Amaral
Renata Resende Coelho
Valéria Maria Monteiro Delgado

3 – Eleger como membro efetivo para o Conselho Fiscal, **Bruno Leonardo Passeli, economista, brasileiro, casado, Carteira de Identidade** [REDACTED] CPF n.º [REDACTED] domiciliado [REDACTED]

[REDACTED], para o período de 04 de maio de 2021 a 03 de maio de 2023, em substituição ao Paulo Roberto Lamac Júnior. Reeleger para o Conselho Fiscal, como membros efetivos, para o período de 04 de maio de 2021 a 03 de maio de 2023, os Conselheiros **Francisco Maia Barbosa Duarte, brasileiro, divorciado, Carteira de Identidade** [REDACTED] CPF [REDACTED] domiciliado [REDACTED]

[REDACTED] **Fernanda Valadares Couto Girão, brasileira, casada, servidora pública, Carteira de Identidade** [REDACTED] CPF n.º [REDACTED] domiciliada [REDACTED]

3.1. Nos termos da Deliberação CCEE n.º 004/2020, será iniciado novo prazo de gestão de 2 (dois) anos para os membros do Conselho Fiscal a partir de 04 de maio de 2021. Todas as nomeações subsequentes para este cargo que ocorrerem dentro do referido biênio deverão ter como encerramento de mandato a data de 03 de maio de 2023.

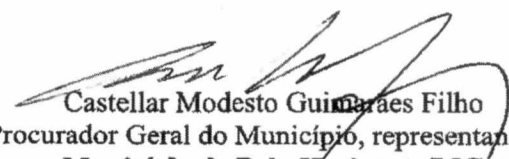
Desse modo, fica assim a composição do Conselho Fiscal da BHRANS:

Efetivos
Francisco Maia Barbosa Duarte
Bruno Leonardo Passeli
Fernanda Valadares Couto Girão

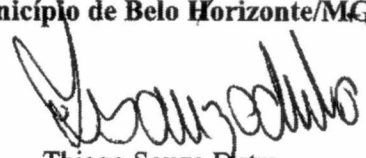
4 - Fixar, em observância ao art. 152 da Lei Federal n.º 6.404/1976 e ao art. 15 do Estatuto Social da BHTRANS, a remuneração global dos Diretores Executivos, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais para o exercício de 2021 nos seguintes valores:

Cargo	Valor Mensal	Valor Anual
Presidente	R\$ 20.811,18	R\$ 273.782,64
Diretores	R\$ 102.502,98	R\$ 1.366.802,28
Conselheiros de Administração	R\$ 14.775,95*	R\$ 176.624,63
Conselheiros Fiscais	R\$ 5.284,89*	R\$ 63.418,68

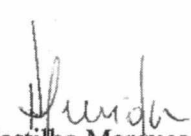
Encerramento: Franqueada a palavra, como ninguém se manifestou, lavrou-se a presente ata, que, lida e aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelos acionistas, por mim, Marisa Jacomini de Sousa, Secretária, e pela Presidente do Conselho de Administração Renata Resende Coelho, conforme previsto na legislação aplicável.



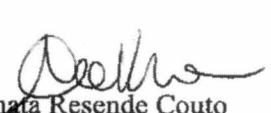
Castellar Modesto Guimarães Filho
Procurador Geral do Município, representando o
Município de Belo Horizonte/MG



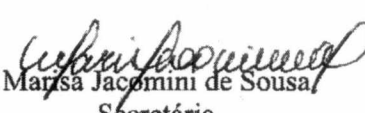
Thiago Souza Dutra
Diretor de Administração, Finanças e Compliance, representando a
Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL



Henrique de Castilho Marques de Sousa
Superintendente, representando a
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP



Renata Resende Couto
Presidente do Conselho de Administração da BHTRANS



Marisa Jacomini de Sousa
Secretária

**MAPA FINAL DE VOTAÇÃO
SINTÉTICO**

Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária – 30/04/2021 - 16h00

1. Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhados dos respectivos documentos complementares.

Ativo	Aprovar	Rejeitar	Abster-se	Total votos
ON	3	0	0	3

2. Eleição do Membro Independente do Conselho de Administração

Ativo	Aprovar	Rejeitar	Abster-se	Total votos	%
ON	3	0	0	3	100

3. Eleição do Conselho Fiscal

Ativo	Aprovar	Rejeitar	Abster-se	Total votos	%
ON	3	0	0	3	100

4. Fixação da verba anual global para remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Ativo	Aprovar	Rejeitar	Abster-se	Total votos
ON	3	0	0	3



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS DA EMPRESA DE TRANSPORTES E
TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2020**

CNPJ: 41.657.081/0001-84 – NIRE: 31.300.009.289

Aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro de 2020 (dois mil e vinte), às 16 (dezesesseis) horas, em sua sede social, localizada na Avenida Engenheiro Carlos Goulart, nº 900, nesta Capital, realizou-se a Assembleia Geral dos Acionistas, em caráter ordinário, convocada pelo Conselheiro de Administração da BHTRANS, Sr. Celio Freitas Bouzada. A Assembleia foi instalada com a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, assumindo a presidência dos trabalhos o Sr. Celio Freitas Bouzada. A pauta da reunião, em conformidade com a carta de convocação dos acionistas, teve por objetos as seguintes matérias:

1) Composição do Conselho de Administração

Ficam definidas as seguintes alterações na composição do Conselho de Administração, em consonância com as regras contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e no Decreto Municipal nº 16.935/2018:

I - aprovar a readequação da composição do Conselho de Administração no Estatuto Social, que passa a ser integrado por 7 (sete) membros efetivos, sendo:

- a) 2 (dois) empregados eleitos entre os empregados concursados que compõem o quadro de pessoal da BHTRANS;
- b) 5 (cinco) membros eleitos pela Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

II - destituir a Conselheira Senhora Fernanda Valadares Couto Girão, brasileira, casada, servidora pública, carteira de identidade nº [REDACTED], CPF nº [REDACTED], residente na [REDACTED];

III - eleger e nomear a(o)s Conselheira(o)s: Senhor Caio Barros Cordeiro, brasileiro, solteiro, servidor público, carteira de identidade nº [REDACTED], CPF [REDACTED], residente na [REDACTED]; Senhora Renata Resende Coelho, brasileira, casada, administradora pública, carteira de identidade nº [REDACTED], CPF nº [REDACTED], residente na [REDACTED]; Senhor Luiz Gustavo Levate, brasileiro, casado, procurador municipal, carteira de identidade nº [REDACTED], CPF nº [REDACTED], residente na [REDACTED]; Sra Maria Monteiro Delgado, brasileira, casada, servidora pública municipal, carteira de identidade nº [REDACTED], CPF [REDACTED], residente na [REDACTED];

IV - eleger e nomear para o cargo de Presidente do Conselho de Administração o Senhor Caio Barros Cordeiro, acima qualificado;

V - manter nos cargos os Conselheiros Celio Freitas Bouzada e Nelson de Mello Dantas Filho.

2) Composição do Conselho Fiscal

Ficam definidas as seguintes alterações na composição do Conselho Fiscal:

I - destituir o Conselheiro Senhor Caio Barros Cordeiro, acima qualificado;

II - eleger e nomear a Conselheira Senhora Fernanda Valadares Couto Girão, acima qualificada;

III - eleger e nomear, a partir de 04 de maio de 2019, os Conselheiros: Senhor Francisco Maia Barbosa Duarte, brasileiro, divorciado, carteira de identidade [REDACTED], CPF [REDACTED], residente na [REDACTED]; Senhor [REDACTED];



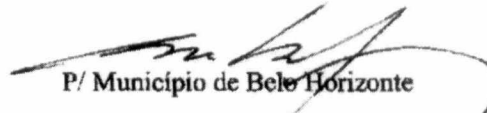


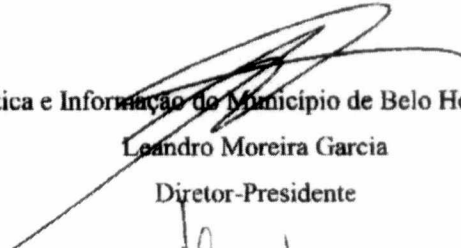
PREFEITURA
BELO HORIZONTE

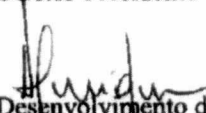
Paulo Roberto Lamac Júnior, brasileiro, casado, carteira de identidade [REDACTED] CPF nº [REDACTED] residente na [REDACTED] ficando convalidados os atos anteriormente praticados.

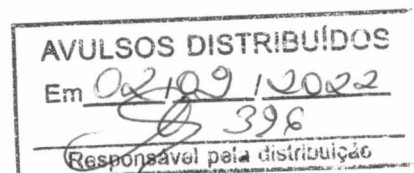
Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo esta ata aprovada e assinada pelos acionistas presentes.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2020


P/ Município de Belo Horizonte
Castellar Modesto Guimarães Filho
Procurador Geral do Município


P/ Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL
Leandro Moreira Garcia
Diretor-Presidente


P/ Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP
Henrique de Castilho Marques de Sousa
Superintendente





Adm

OF. SMGO/DALE N° 657 /2022

Belo Horizonte, 31 / 08 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão n° 1.499/22** – Autoria do Vereador Wilsinho da Tabu – encaminhado pelo ofício Dirleg n° 4.370/22, de 17/08/2022.

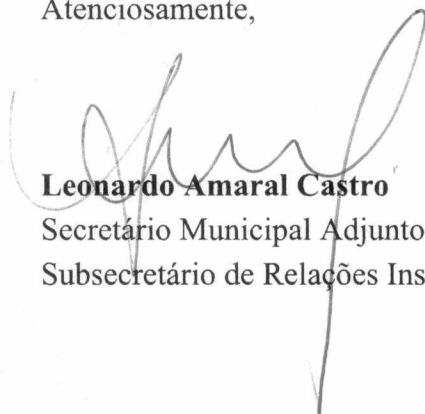
Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão n° 1.499/22, de autoria do Vereador Wilsinho da Tabu, que solicita informações sobre questões em relação ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

Consultada, a Secretaria Municipal de Fazenda emitiu resposta através do ofício SURIN-DALE n.º 118/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SUREM/SURIN-DALE n.º 118/2022

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2022.

Assunto: Requerimento de Comissão 1499/2022 – TAG SMFA nº 352856

Senhor Diretor,

Por meio do requerimento em referência, a Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte requereu as seguintes informações:

1. Qual a destinação dos valores arrecadados com a Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte - TFAT;
2. Qual a arrecadação esperada, apenas com a TFAT, neste exercício - 2022;
3. Qual o valor arrecadado, com a TFAT, nos anos: 2020 e 2021?

Inicialmente, cumpre informar, que a TFAT foi instituída pela Lei nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, em seus artigos 15 a 17¹.

Ilmo. Sr.

Felipe Prates Rozenberg

Diretor de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo

¹ "Art. 15 - A Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte, fundada no poder de polícia do Município, quanto à preservação da segurança pública, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a instalação, conservação e funcionamento de elevadores de passageiros e cargas, alçapões, monta-cargas, escadas rolantes, planos inclinados móveis e outros de natureza especial, observada a legislação específica.

Art. 16 - Contribuinte da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor de imóvel a qualquer título, edificado ou em fase de edificação, que, independentemente da sua destinação, instale ou mantenha instalado qualquer dos aparelhos de transporte referidos no artigo 15.

Art. 17 - A Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte será cobrada à razão de duas UFPBH, por ano, por aparelho, sendo lançada e arrecadada junto com o IPTU ou na forma e prazos previstos em regulamento."



A TFAT é arrecadada juntamente com o IPTU, nos termos do art. 17 da Lei nº 5.641/1989, cujas receitas, contabilizadas e discriminadas em conta específica, são vinculadas ao custeio da estrutura e das atividades de fiscalização² da "instalação, conservação e funcionamento de elevadores de passageiros e cargas, alçapões, monta-cargas, escadas rolantes, planos inclinados móveis e outros de natureza especial, nos termos da legislação específica", executados pelos servidores da Fiscalização Integrada³.

Em relação aos quesitos 2 e 3, são os seguintes os valores:

ARRECADAÇÃO TFAT	
ANO	Valor Arrecadado
2020	2.246.106,36
2021	2.433.947,28
2022*	2.756.697,41
obs.: * Estimativa	

Na expectativa de termos esclarecido as questões apresentadas por V.Sa., colocamo-nos inteiramente à disposição para prestarmos quaisquer outras informações julgadas necessárias.

Atenciosamente,

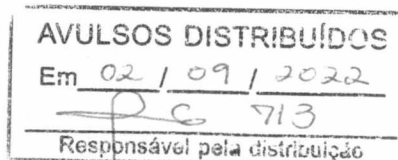
EUGENIO EUSTAQUIO VELOSO
FERNANDES:49606530604

Assinado de forma digital por EUGENIO
EUSTAQUIO VELOSO
FERNANDES:49606530604
Dados: 2022.08.25 18:37:45 -03'00'

Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes
Subsecretário da Receita Municipal

"De acordo"


Leonardo Maurício Colombini Lima
Secretário Municipal de Fazenda



² Veja-se a Tese de Repercussão Geral 217, do Supremo Tribunal Federal:
"Relator(a):

MIN. GILMAR MENDES - Leading Case: RE 588322

Descrição: Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 145, II, da Constituição Federal, a necessidade, ou não, de comprovação do efetivo poder de polícia para legitimar a cobrança de taxa de localização e funcionamento.

Tese: É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.

³ Assim dispôs o art. 2º do Decreto nº 14.648, de 11 de novembro de 2011:

"Art. 2º - São atribuições do cargo público efetivo de Fiscal Integrado:

(...)

XXIII - fiscalizar, nas edificações de uso coletivo, as normas de instalação, manutenção e funcionamento de aparelho de transportes, tais como, elevadores de todos os tipos e características, escadas rolantes, monta-cargas, planos inclinados, teleféricos verificando, ainda, a existência de contrato de conservação e manutenção de aparelhos de transporte, quadro contendo o nome da empresa responsável, cópia de seu alvará de localização e cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica - ART - junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;

(...)



OF. SMGO/DALE Nº 681/2022

Belo Horizonte, 09/09/2022

Assunto: Resposta complementar ao **Requerimento de Comissão nº 1.525/2022** – Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 4.371/2022, de 17/08/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.525/2022, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações a respeito da utilização do imóvel localizado na Avenida Augusto de Lima, 1454, bairro Barro Preto.

Consultada, a Subsecretaria de Administração e Logística emitiu resposta por meio do Ofício INTERNO SUALOG/DALE-GP/209-2022, já remetido a essa Câmara Municipal por meio do OF.SMGO/DALE Nº 648/2022, de 25/08/2022.

Em complementação à referida resposta, segue anexa manifestação da Secretaria Municipal de Política Urbana, conforme ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1180/2022.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1180/2022

Ref.: Requerimento de Comissão nº 1525/2022

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2022.

Prezada Diretora,

Trata-se de Pedido de Informação, aprovado pela Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), através do Requerimento de Comissão nº 1.525/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, a respeito da utilização do imóvel localizado na Avenida Augusto de Lima, 1454, Bairro Barro Preto.

Em resposta, esclarecemos os questionamentos relacionados a área da atuação da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), conforme abaixo.

O imóvel em questão é lindeiro à via classificada como **Via de Caráter Misto - VM**, a qual admite todas as atividades classificadas nos grupos I, II e III do anexo XIII da Lei 11.181/19.

Como não foi informada especificamente a atividade pretendida, foi feita uma análise considerando as seguintes atividades CNAE:

- 8800600-00 - *SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO*;
- 8720401-00 - *ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL*

Como pode ser visto no documento anexo, Simulação de consulta prévia nº 9992210130103, as atividades 880060000 e 872040100 são admitidas no local sem restrição de área utilizada.

Informamos ainda que, para o exercício de uma atividade em um determinado imóvel, é necessário possuir um Alvará de Localização e Funcionamento. Para isso, se faz necessária uma Consulta de Viabilidade Admitida para o local e um CNPJ inscrito naquele endereço, conforme orientações contidas no link: <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e679cc9e1bf5e706b06ea2c/5dc8470253fd6b5bbd99185f/servicos+consulta-de-viabilidade-pessoa-juridica-mei>

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira
Secretário Municipal de Política Urbana

Ilma. Sra.

Luana Magalhães de Araújo Cunha
Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE
Avenida Afonso Pena, 1212 – 2º andar – Centro – BH/MG



CONSULTA PRÉVIA SOBRE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES

PESSOA JURÍDICA

Consulta número: 9992210130103

Situação: ADMITIDA

Data da solicitação: 01/09/2022

Data de validade: 28/02/2023

DADOS DO ESTABELECIMENTO

Índice Cadastral do IPTU: 008024 008 0029

Regional: CENTRO-SUL - CS1

Endereço: AVE AUGUSTO DE LIMA

Número: 1454

Bairro: BARRO PRETO

Município: Belo Horizonte

CEP: 30190003

Tipo de imóvel constante no IPTU: LOJA

O local é residência de um dos sócios? Não

Área a ser utilizada(m²): 1000,00

INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS DO IMÓVEL

Permissividade da via: Vias de Caráter Misto - VM

Classificação da via: ARTERIAL

Largura da via: >= 15M

Zoneamento: OP-3 - Ocupacao Preferencial - 3

Área de Diretrizes Especiais (ADE): ADE Avenida do Contorno

Setor: ADE Avenida do Contorno - Setor ADE Distrito da Moda - Subsetor Barro Preto

Demais informações urbanísticas do imóvel:

ADE Avenida do Contorno

RESULTADO DA CONSULTA

ADMITIDA

Atividades consultadas:

CNAE	Descrição	Situação
Subcategoria: SERVIÇOS DE USO COLETIVO		Tipologia: Assistência social
8800600-00	SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO (Grupo I)	Admitida
8720401-00	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL (Grupo I)	Admitida



EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA O EXERCÍCIO DA(S) ATIVIDADE(S)

Atividade: 8720401-00 ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL

- Atividade cuja necessidade de obtenção de alvará sanitário e classificação de risco sanitário depende de informações complementares a serem prestadas no processo de licenciamento sanitário, por meio de requerimento no portal REDESIM, sendo necessária a apresentação via portal da PBH do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - PGRSS e, somente para as atividades classificadas como ALTO RISCO SANITÁRIO, a apresentação por meio do protocolo físico do projeto das instalações físicas. Para o CNAE 7500-1/00 - Atividades Veterinárias, só deve ser apresentado o projeto caso seja exercida a atividade de radiologia. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022 artigo 3º, §3º e Anexo III e IV).

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

Todos os documentos indicados nas exigências para funcionamento da atividade deverão estar disponíveis no estabelecimento, à disposição para consulta da fiscalização e dos órgãos competentes

Esta atividade está dispensada do licenciamento sanitário municipal. (Decreto 17.944/2022 e Portaria SMAS/SUS-BH 0221/2022)

ORIENTAÇÕES GERAIS

Para o funcionamento da atividade, deverão ser atendidas as normas sanitárias, ambientais, de segurança, acessibilidade e posturas, além das orientações constantes neste documento.

O resultado desta consulta de viabilidade refere-se apenas ao índice cadastral e ao endereço informado na solicitação. Caso sejam utilizados terrenos adjacentes ou com frentes para outra(s) via(s), deverá ser realizada consulta de viabilidade para os demais índices cadastrais e endereços. Havendo resultados negativos, é necessário verificar a possibilidade de EXTENSÃO DE USO conforme §§ 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 176 da Lei 11.181/2019. Caso haja extensão de uso, a possibilidade de acesso ao empreendimento pela via para a qual a atividade não seja admitida deverá ser avaliada mediante requerimento de consulta prévia manual.

Nos empreendimentos situados em terrenos com frente para logradouros de permissividade de usos diferentes, o acesso ao empreendimento por via na qual o uso não é permitido é condicionada a parecer favorável da Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN, nos casos que não se enquadram no art. 1º da Portaria SMPU 028/2020 (Lei 11.181/19, artigo 176, §5o). Informações sobre como solicitar o parecer da SUPLAN podem ser obtidas em servicos.pbh.gov.br, no link <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5f159ffa9d569f7c4d4e29e6>

De posse do parecer favorável ao acesso pela via no qual o uso não é permitido, solicitar o serviço de Consulta prévia manual para que essa informação seja incluída na consulta de viabilidade e consequentemente no Alvará de Localização e Funcionamento.

O exercício da atividade não residencial deverá ocorrer em conformidade com os termos do alvará de localização e funcionamento, especialmente aqueles referentes às atividades licenciadas, à área utilizada e às restrições ou condições específicas de funcionamento. Caso haja alteração de atividade(s), área utilizada, endereço do estabelecimento, ou demais condições que estejam em desacordo com as informações constantes neste documento, deverá ser providenciado novo alvará de localização e funcionamento (Lei 11.181/19, artigo 339, §º3).

Caso sejam utilizados terrenos adjacentes ou com frentes para outra(s) via(s), deverá ser realizada consulta de viabilidade para os demais índices cadastrais e endereços. Havendo resultados negativos, é necessário



Documento válido até a data de validade indicada, ressalvadas as modificações legais.
Sua autenticidade pode ser verificada através do QRCode ao lado, nos sites
redesim.mg.gov.br ou alf.siatu.pbh.gov.br

verificar a possibilidade de EXTENSÃO DE USO conforme §§ 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 176 da Lei 11.181/2019. Caso haja extensão de uso, a possibilidade de acesso ao empreendimento pela via para a qual a atividade não seja admitida deverá ser avaliada mediante requerimento de consulta prévia manual.

Em caso de edificação condominial, o atendimento ao disposto na convenção de condomínio e no código civil é de total responsabilidade do licenciado.

Em imóveis de propriedade pública, o exercício da atividade somente pode ser autorizado mediante obtenção de termo de permissão de uso emitido pelo órgão proprietário do imóvel.

O alvará de localização e funcionamento deverá ficar afixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização. (Decreto 14.060/2010, artigo 6º, parágrafo único)

Todas as edificações destinadas ao USO COLETIVO, cuja finalidade seja comercial, serviço, industrial ou residencial multifamiliar deverão possuir Laudo Técnico de segurança, emitido por profissional legalmente habilitado, com a respectiva ART ou RRT, que ateste a eficiência do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (Decreto 11.998/05).

A emissão de ruídos, sons e vibrações em decorrência de atividades exercidas em ambientes confinados ou não, no Município de Belo Horizonte, obedecerão aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 9.505, de 23 de janeiro de 2008 que dispõe sobre o controle de ruídos, sons e vibrações no Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Conforme disposto em seu (Art. 2º; Inciso I a IV) é proibida a emissão de ruídos, sons e vibrações, produzidos de forma que ponha em perigo ou prejudique a saúde individual ou coletiva; cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas; cause incômodo de qualquer natureza; cause perturbação ao sossego ou ao bem-estar públicos; ultrapasse os níveis fixados nesta Lei. A emissão de ruídos acima do limite permitido pode gerar penalidades (Lei Municipal 9.505 de 23 de janeiro de 2008). Se no futuro forem constatados incômodos ou o não atendimento aos limites estabelecidos pela mencionada lei, medidas de adequação deverão ser implementadas.

A atividade deve ser exercida dentro dos limites da área informada, não sendo permitida a utilização de espaço público, como calçadas, praças entre outros, exceto nos casos de obtenção de licenças específicas para tal (mesas e cadeiras, toldos, etc).

Caso o imóvel possua Área de Preservação Permanente (APP), esteja a menos de 30m de curso d'água em leito natural e/ou a 50m de nascente ou insurgência d'água, solicitar avaliação da SMMA. Neste caso, deverão ser observadas as disposições referente as áreas de preservação permanente (APP's) constantes na Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (Código Florestal Federal) e Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 (Código Florestal do Estado de Minas Gerais).

Estabelecimentos que revendam ou façam uso de gás liquefeito de petróleo ou similares são obrigados a implantar sistema eletrônico de alarme sonoro e luminoso detector do gás (Lei 10.270/2011, artigo 1º).

Os endereços dos imóveis de Belo Horizonte passam por constantes processos de consolidação e adequação, podendo, o Executivo promover a qualquer tempo sua retificação total ou parcial. Portanto o endereço constante nesse documento poderá ser alterado, caso se enquadre em algum critério de adequação (Lei Municipal n.º 9.691/2009, artigo 41).

Para a instalação de engenho de publicidade (placas ou similares) obter licença específica junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 281). Para obter informações sobre licença de engenho de publicidade, acesse o link: <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6a7597ea9b0e547c484d9e>

Para a instalação de toldos no afastamento frontal ou no passeio obter licença de toldo junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 84). Para obter informações sobre licença de toldo, acesse o link: <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6fb6acea9b0e547cd7016c>

É responsabilidade do empreendedor a garantia do exercício das atividades econômicas com o cumprimento das medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias atribuídas a elas pela Lei



Documento válido até a data de validade indicada, ressalvadas as modificações legais.
Sua autenticidade pode ser verificada através do QRCode ao lado, nos sites
redesim.mg.gov.br ou alf.siatu.pbh.gov.br

11.181/19 ou no processo de licenciamento urbanístico ou ambiental, bem como com o atendimento às condições de segurança previstas na legislação pertinente. (Lei 11.181/19, artigo 339, §4º).

O município é responsável pela veracidade das informações por ele prestadas ao Executivo (Lei 11.181/19, artigo 346 § 3º).

O consumo humano de água potável somente pode ser realizado por meio do sistema público de abastecimento de água (COPASA), não sendo permitida a utilização de fontes alternativas de água para consumo humano como poço tubular, cacimba, nascente, entre outros. (Lei Federal 11.445/2007 e Lei Municipal 7.031/1996)

Esse documento possui validade de 180 dias e não substitui as publicações oficiais da legislação afeta ao tema. No caso de alteração da legislação referente à localização e ao funcionamento da atividade econômica, o Poder Executivo poderá determinar a realização de nova consulta ou limitar a validade da consulta a período inferior ao informado (Decreto 17.273/2020, artigo 108, parágrafo único).

ORIENTAÇÕES PARA REQUERER O ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Emitir alvará de localização e funcionamento IMEDIATO, diretamente no endereço eletrônico: alf.siatu.pbh.gov.br.

- O alvará será emitido automaticamente, sem a necessidade de apresentação prévia de documentação ou abertura de processo na Prefeitura.

ATENÇÃO: caso haja alguma divergência entre a consulta de viabilidade e o cadastro da empresa, será necessário atualizar os dados da empresa antes de prosseguir com a solicitação de alvará de localização e funcionamento.

ENDEREÇOS IMPORTANTES

- Central de Atendimento BH RESOLVE: Av. Santos Dumont, 363, 3º andar - Centro

* Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG - atendimento ao público

* Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA - atendimento ao público

- Fundação Municipal de Cultura/Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público - FMC/DPCA: Rua Professor Estevão Pinto, 601 - Bairro Serra

- Sala Mineira do Empreendedor (BH Resolve): Rua dos Caetés, 342, 3º andar, Centro.



Documento válido até a data de validade indicada, ressalvadas as modificações legais.
Sua autenticidade pode ser verificada através do QRCode ao lado, nos sites
redesim.mg.gov.br ou alf.siatu.pbh.gov.br

PEDIDO DE INFORMAÇÃO - OF. DIRLEG Nº 4.373/22 - VEREADOR NIKOLAS FERREIRA

Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>

5 de setembro de 2022 11:24

Para: Luana Magalhaes de Araujo Cunha <magalhaes.luana@pbh.gov.br>, Dirlaine Machado <dirlaine@pbh.gov.br>

Prezada Diretora,

Encaminho a pedido do Secretário João Antônio Fleury Teixeira, Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1180/2022 em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1525/2022.

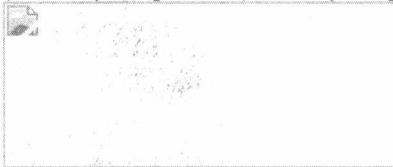
Atenciosamente,

Alcione da C. Santos Rocha

Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG

Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG

| www.pbh.gov.br | www.pbh.gov.br/regulacaourbana



Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.

Decreto Municipal nº 15.423/13

----- Forwarded message -----

De: **João Antonio Fleury Teixeira**

Date: seg., 5 de set. de 2022 às 11:10

Subject: Re: PEDIDO DE INFORMAÇÃO - OF. DIRLEG Nº 4.373/22 - VEREADOR NIKOLAS FERREIRA

To: Gabinete da SUREG <sureg@pbh.gov.br>

De acordo.

João Fleury

Secretário Municipal de Política Urbana

Avenida Álvares Cabral, 217 - 6º Andar

32460090

3 anexos



OF. 1180-2022 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO - REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 1525-22_rev01.pdf
119K



Simulação de consulta prévia 9992210130103.pdf
140K



PEDIDO DE INFORMAÇÃO - OF. DIRLEG Nº 4.373-22 - VER. NIKOLAS FERREIRA.pdf
723K

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 13 / 09 / 2022

[Assinatura]
Responsável pela distribuição